

Congresso deve votar hoje lei orçamentária

MAURICIO CORRÊA

BRASÍLIA — Em troca de um compromisso do governo federal de colocar a política salarial e o salário mínimo como as primeiras propostas a serem votadas em agosto, quando terminar o recesso parlamentar, o PT desistiu de obstruir a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O parecer do relator, deputado Messias Góis (PFL-SE), foi lido na noite de ontem e o assunto entrará em votação no Congresso a partir das 14 horas de hoje.

"Serei o mais flexível possível na aceitação das emendas", afirmou o presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), que transferiu para o plenário as discussões sobre o projeto da LDO, que aconteciam na Comissão Mista de Orçamento. O vice-líder do PSDB, deputado Paulo Hartung (ES), discordou da atitude de Benevides. "Sem discussão e votação da LDO na comissão, fica mais fácil a participação do fisiologistas nos debates sobre a proposta do orçamento para 1992", argumentou.

A LDO estabelece as normas para a elaboração do orçamento anual da União, que ocorre no segundo semestre, quando são votadas as verbas para os diversos setores e programas específicos do governo. Ontem, na reunião dos líderes partidários com o

presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), ficou definido que cada partido apresentará no máximo dez pedidos de destaque ao substitutivo do deputado Messias Góis. Hoje, até às 11 horas, o relator estará recebendo os destaques.

"PONTO NEGATIVO"

Hartung não poupou críticas ao desempenho da Comissão Mista de Orçamento com relação ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias. "A LDO é um instrumento de planejamento econômico que não está sendo usado pelo governo e nem valorizado pelo Congresso", lamentou o deputado. Ele criticou o fato da Comissão Mista de Orçamento não ter se pronunciado a tempo sobre a LDO.

"Isso é um ponto negativo para seus integrantes", afirmou Hartung. "Essa Comissão deveria examinar o orçamento, a LDO." Segundo ele, a Comissão de Orçamento simboliza a recuperação das prerrogativas do Congresso.

O vice-líder do PSDB afirmou que, hoje, o partido tentará convencer o plenário do Congresso da necessidade de incluir na LDO metas e prioridades que não incluídas na proposta original do governo e no substitutivo do relator. "Isso tornou a proposta do governo flagrantemente inconstitucional", afirmou Paulo Hartung.